



CONCURSO PÚBLICO

4. PROVA OBJETIVA
CONHECIMENTOS GERAIS

Auditor-Fiscal Tributário Municipal

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 60 QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ MARQUE NA TIRA A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA E TRANSCREVA-A PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA 1 HORA DO INÍCIO DA PROVA. O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES APÓS DECORRIDAS 2 HORAS DO SEU INÍCIO.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

RESPOSTAS

01	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	51	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	52	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	53	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	54	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>
26	<input type="checkbox"/>	56	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	57	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	58	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	59	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 11**.

Princípios e valores

Uma mãe quer saber se deve ou não permitir que sua filha, de nove anos, viaje com a família de uma colega num fim de semana. Ela diz que a garota nunca fez isso antes e que ela considera precoce esse passeio mais longo sem a família, mas que está em dúvida porque muitas crianças da mesma idade já fazem isso.

Um pai diz que o filho de 15 anos leva a namorada para dormir em casa e que ele fica constrangido com a situação, mas acredita que, se impedir, vai se afastar do filho. Finalmente, um outro leitor afirma que quer ensinar valores aos filhos, mas, ao mesmo tempo, considerando o clima competitivo de nosso tempo, quer saber como ensinar que há momentos em que é preciso abrir mão desses valores para não ser ingênuo.

O mundo contemporâneo tornou a educação uma tarefa muito mais complexa. Até o final da década de 50, a maioria não enfrentava questões como as citadas e tampouco tinha de tomar diariamente decisões sobre o tipo de educação a praticar com os filhos. A educação era uma só, os rumos faziam parte de um grande consenso social e assim caminhavam os pais, sem grandes conflitos. Vale dizer que pais e filhos sofriam muito mais, já que eram tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum.

Hoje, os pais ganharam a liberdade da escolha sobre como educar seus filhos e, por outro lado, assumiram também uma responsabilidade muito maior por eles. Afinal, cada escolha feita produz efeitos significativos na vida dos filhos, já que estes estão em formação.

Vale refletir a respeito das dúvidas dos pais. À primeira vista, todas parecem questões práticas sobre como agir. Mas cada uma delas guarda em si conteúdos bem mais amplos, que tratam de moral, ética, conceito de infância, limites entre privacidade e convívio social e relação entre pais e filhos.

E talvez esse seja o nó da questão da educação contemporânea que os pais podem desatar ou, ao menos, afrouxar: ao educar os filhos, precisam ter clareza de alguns princípios dos quais não abrem mão e, a partir desse norte, tomar as decisões sem se importar tanto com as decisões dos outros pais. Afinal, já que temos a oportunidade hoje de ter a riqueza da diversidade em educação, há que se aprender a conviver com ela, não?

“O que quero ensinar aos meus filhos, priorizar na educação deles?” Essa é a questão que os pais devem se fazer quando enfrentam situações que demandam decisões. Afinal: de festas, namoros, aprendizados diversos etc. eles terão muitas chances para desfrutar, mas da educação familiar, só enquanto estiverem sob a tutela dos pais. E esse tempo é curto, acreditem.

(www.blogdaroselysayao.blog.uol.com.br/, 27.03.2008. Adaptado)

01. De acordo com o texto, as dúvidas que os pais têm em relação à forma como educar os filhos
- (A) não se justificam na sociedade atual, que prescreve, implicitamente, uma educação homogênea a todos.
 - (B) são consideradas legítimas, já que a educação hoje ganhou uma complexidade não vivida em outros tempos.
 - (C) revelam a imaturidade dos pais modernos que, não sabendo aproveitar a liberdade, limitam-se às próprias opiniões.
 - (D) ganham relevância à medida que se torna mais importante a opinião alheia na educação das crianças e dos jovens.
 - (E) não devem ser tomadas como relevantes, uma vez que as crianças e os jovens modernos são iguais aos de tempos passados.
02. Pode-se afirmar que, na sociedade moderna, os pais
- (A) têm mais liberdade de escolha quanto à forma de educar os filhos e, ao mesmo tempo, mais responsabilidade por eles.
 - (B) têm menos liberdade de escolha quanto à forma de educar os filhos e, ao mesmo tempo, menos responsabilidade por eles.
 - (C) têm mais liberdade de escolha quanto à forma de educar os filhos e, ao mesmo tempo, menos responsabilidade por eles.
 - (D) têm menos liberdade de escolha quanto à forma de educar os filhos e, ao mesmo tempo, mais responsabilidade por eles.
 - (E) têm mais liberdade de escolha quanto à forma de educar os filhos e, paradoxalmente, nenhuma responsabilidade por eles.
03. Os exemplos dos dois parágrafos iniciais do texto apresentam situações
- (A) vivenciadas antes da década de 50.
 - (B) comuns desde a década de 50.
 - (C) raras nas famílias modernas.
 - (D) inusitadas para os pais modernos.
 - (E) combatida pelos pais e por seus filhos.
04. Quanto à educação, os exemplos apresentados nos dois primeiros parágrafos mostram que os pais estão
- (A) confiantes, principalmente por saberem que hoje é mais fácil educar do que em outros tempos.
 - (B) receosos, já que hoje os filhos vivem mais preocupados com os amigos do que com a família.
 - (C) decididos, sabendo qual conjunto de valores éticos e morais é imprescindível aos filhos.
 - (D) desnorteados, pois reconhecem que a educação caminha como no final da década de 50.
 - (E) confusos, sobretudo por se sentirem pressionados pelas decisões alheias.
05. A conclusão do texto deixa claro que
- (A) os pais não devem se questionar sobre a educação dada aos filhos.
 - (B) os filhos devem aproveitar a diversão e, depois, a família.
 - (C) os pais devem priorizar uma boa educação familiar a seus filhos.
 - (D) os filhos devem ser livres e definir seus caminhos na vida.
 - (E) o tempo dos filhos com os pais é curto para uma boa educação.
06. Em – ... *só enquanto estiverem sob a tutela dos pais.* – o sinônimo de *tutela* é
- (A) proteção.
 - (B) cautela.
 - (C) orientação.
 - (D) companhia.
 - (E) observação.
07. Analise as afirmações.
- I. Em – ... *porque muitas crianças da mesma idade já fazem isso.* – o pronome *isso* refere-se a *passeio mais longo sem a família.* (1.º parágrafo)
 - II. Em – ... *ele fica constrangido com a situação...* – o pronome *ele* refere-se a *filho.* (2.º parágrafo)
 - III. A frase – “*O que quero ensinar aos meus filhos, priorizar na educação deles?*” – pode ser reescrita, com emprego correto de pronome, da seguinte forma – *O que quero priorizar na educação dos meus filhos, ensinar-lhes?* (último parágrafo)
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
08. *Vale dizer que pais e filhos sofriram muito mais, já que eram tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum.*
- Assinale a alternativa em que se reescreve corretamente a frase, respeitando seus sentidos e adequando a pontuação.
- (A) Vale dizer. Eram tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum, mas pais e filhos sofriram muito.
 - (B) Vale dizer: como eram tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum, pais e filhos sofriram muito.
 - (C) Vale dizer? Eram tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum e pais e filhos sofriram muito.
 - (D) Vale dizer – conforme fossem tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum, pais e filhos sofriram muito.
 - (E) Vale dizer, como eram tão diferentes e tinham de se ajustar a um rumo comum, portanto, pais e filhos sofriram muito.

09. Na frase — *À primeira vista, todas parecem questões práticas sobre como agir*. — o sentido da preposição *sobre* é o mesmo que se verifica em:

- (A) Durante a discussão, o cliente, com ira, avançou sobre o advogado.
- (B) Sobre sua cabeça estava uma maçã, que seria partida por uma flecha.
- (C) Deitado sobre a relva, o jovem casal enamorado observava o pôr-do-sol.
- (D) Não discutiam muito aquele assunto, pois ela sabia pouco sobre ele.
- (E) Sobre a mesa, com tinta ainda fresca, estava aquela triste carta de despedida.

10. Considere as frases reescritas a partir de frases do texto.

- I. Um pai acredita de que é preciso ensinar aos filhos que existe certos momentos que é preciso abrir mão de determinados valores.
- II. Uma mãe tem dúvida que os passeios de sua filha sem a família possa acontecer no momento adequado.
- III. Até o final da década de 50, a maioria das famílias não enfrentava questões como as citadas nem tinha de tomar bastantes decisões sobre a educação dos filhos.

Quanto à concordância e à regência, está correto o contido em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11. No último parágrafo, as aspas empregadas indicam

- (A) a fala hipotética de pais preocupados com a educação de seus filhos.
- (B) a transcrição de uma frase alheia de um especialista em educação familiar.
- (C) a divagação do autor, despreocupado com a questão da educação.
- (D) o realce a uma informação tratada com ironia pelo autor.
- (E) a citação de um dito popular que comprova o ponto de vista do autor.

12. Leia a charge.



(www.chargeonline.com.br)

Analise as afirmações.

- I. A charge ironiza a falta de professores nas escolas.
- II. O fato de o aluno fazer a chamada justifica a afirmação I.
- III. Quanto à concordância, está correta a frase — *Faltaram o professor de Matemática, o de Português e o de História*.
- IV. As palavras acentuadas na charge seguem a mesma regra de acentuação.

Estão corretas apenas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

As questões de números 13 a 20 baseiam-se no texto.

Autoridades sanitárias sentenciam o produto à morte, ao proibirem o uso de leite cru na sua fabricação

Uma grande falácia da modernidade se esconde sob a discussão da qualidade dos alimentos que ingerimos, a exemplo do que se verificou entre nós, em fins do ano passado, com a condenação quase unânime da adição de soda cáustica ao leite dito “longa vida”; ou a exemplo da intolerância histórica das autoridades sanitárias com o “queijo minas” feito com leite cru — como os mineiros crêem que deva ser e fazem há séculos —, agora ameaçado de morte por uma possível proibição total do uso de leite cru em produtos lácteos.

Não é possível imaginar a França sem o seu *camembert* de leite cru. Ele se tornou um ponto de honra do orgulho nacional contra o abuso das negociações do Gatt, em 1993, que queriam abolir a comercialização mundial de queijos de leite cru. Os franceses se puseram em pé de guerra e venceram.

“Criei meus filhos com queijo de leite cru, e estão todos fortes, graças a Deus. O que esses caras de Brasília entendem de saúde?” Afora essa indignação do velho produtor, não nos parece grave ficar sem o queijo do Serro, o queijo da Canastra ou o queijo de Araxá — todos “queijos minas” de leite cru, produzidos em várias microrregiões do Estado de Minas Gerais. Se fosse grave, estaríamos em pé de guerra como os franceses. Matar um produto tradicional, apreciado, equivale a liquidar parte do nosso prazer ao comer e nos empobrece culturalmente.

Mas governo não é coisa uniforme; não raro, é desorientador. Enquanto, com uma mão, tomba o queijo do Serro e o declara “patrimônio nacional”, com a outra nega aos produtores o registro do serviço de inspeção sanitária (SIF) para o produto circular nacionalmente.

Ao se cozer o leite, elimina-se microorganismos únicos e se perde a especificidade do produto. Para escapar a essa morte, o “queijo minas” de leite cru sai de Minas Gerais para uma longa viagem ilegal, clandestina, cheia de peripécias que envolvem a polícia, o fisco e o mercado informal das grandes cidades. Como pensar e fruir o “patrimônio nacional”, se ele está condenado à clandestinidade?

(www.p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2968,1.shl, acessado em 08.04.2008)

13. Ao tratar da proibição total do uso de leite cru em produtos lácteos, o autor

- (A) deixa evidente que as decisões governamentais são necessárias para coibir atos ilegais, certamente comprometedores da saúde pública, como aconteceu na França e acontece em Minas Gerais.
- (B) revela-se respeitado como cidadão, que tem garantida a sua alimentação saudável por meio de decisões governamentais que, embora polêmicas, são necessárias.
- (C) enaltece a possível decisão governamental, que para ele dará conta da necessidade de fiscalização eficiente que garanta a eliminação da clandestinidade que envolve a polícia, o fisco e o mercado informal das grandes cidades.
- (D) entende que a possível decisão é, de fato, necessária e sustenta seu ponto de vista citando fatos ocorridos na França na década de 90, quando houve lá proibição semelhante à vivenciada em Minas Gerais.
- (E) questiona a possível decisão governamental, que não lhe parece a mais acertada, pois ele considera o queijo minas um patrimônio da cultura brasileira e defende a sua prazerosa degustação.

14. Ao citar a situação vivenciada pela França, o autor sugere que o Brasil

- (A) segue com mais respeito e vigor as determinações legais, ao contrário da França.
- (B) poderá reverter a possível proibição, se as pessoas se mobilizarem e o exigirem.
- (C) não precisa se preocupar com a possível proibição, pois ela será revogada posteriormente.
- (D) tem um queijo melhor que o francês, por isso a lei mudará.
- (E) deixará de produzir queijo com leite cru, importando-o da França.

15. No quarto parágrafo, quando cita as ações do governo, o autor mostra-as como

- (A) fundamentadas.
- (B) emergenciais.
- (C) imprescindíveis.
- (D) visionárias.
- (E) contraditórias.

16. Em – *Uma grande falácia da modernidade se esconde sob a discussão da qualidade dos alimentos que ingerimos...* – o termo de sentido adverso ao de *falácia* é

- (A) ardil.
- (B) engano.
- (C) mentira.
- (D) certeza.
- (E) ilusão.

17. Considere as frases criadas a partir de – o “*queijo minas*” feito com leite cru.

- I. Os “queijos minas” feito com substâncias crua.
- II. Os “queijo minas” feitos com leites cru.
- III. Os “queijos minas” feitos com substâncias crus.
- IV. Os “queijos minas” feitos com produtos crus.

A concordância está correta apenas em

- (A) I.
- (B) IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

Para responder às questões de números 18 e 19, considere o trecho:

Ao se cozer o leite, elimina-se microorganismos únicos e se perde a especificidade do produto.

18. Desenvolvendo-se a oração inicial do trecho, a conjunção a ser empregada é

- (A) Quando.
- (B) Embora.
- (C) Portanto.
- (D) Ou.
- (E) Que.

19. Na frase, há um erro que se corrige com
- (A) a substituição de *cozer* por *coser*.
 - (B) a eliminação de *se* em *se cozer*.
 - (C) a substituição de *elimina-se* por *eliminam-se*.
 - (D) a substituição de *microorganismos* por *micro-organismos*.
 - (E) a substituição de *especificidade* por *expecificidade*.

20. Matar um produto tradicional é imperdoável. _____ culturalmente e equivale _____ eliminação do nosso prazer ao comer.

Os espaços da frase devem ser preenchidos, correta e respectivamente, com:

- (A) Empobrece-nos ... a
- (B) Nos empobrece ... a
- (C) Empobrece à nós ... à
- (D) Nos empobrece ... à
- (E) Empobrece-nos ... à

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Em relação aos contratos administrativos regulados pela Lei n.º 8.666/93, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É vedado o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- (B) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (C) Se, em decorrência de alteração unilateral do contrato, os encargos do contratado aumentarem, a Administração deverá, por aditamento, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
- (D) Toda prorrogação de prazo do contrato administrativo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar a avença.
- (E) Nas contratações de obras, serviços e compras é lícito à Administração exigir do contratado prestação de garantia de execução, ainda que tal exigência não venha prevista no instrumento convocatório.

22. Administração descentralizada ou Administração indireta são expressões que, na classificação estabelecida pelo Decreto-lei n.º 200/67, designam as seguintes entidades:

- (A) autarquias e concessionárias.
- (B) autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.
- (C) fundações privadas.
- (D) as atividades públicas do Estado.
- (E) fundações governamentais, empresas públicas e sociedades de economia pública.

23. O excesso de poder classifica-se como vício em relação ao seguinte elemento do ato administrativo:

- (A) competência.
- (B) finalidade.
- (C) forma.
- (D) motivo.
- (E) objeto.

24. O exercício do poder de polícia é de natureza

- (A) punitiva.
- (B) disciplinar.
- (C) arbitrária.
- (D) discricionária.
- (E) sempre vinculada.

25. Em relação aos direitos dos servidores públicos, analise as seguintes afirmativas:

- I. A remuneração é o vencimento do cargo efetivo, excluídas as vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.
- II. O vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- III. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

Está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

26. Acerca das licitações, analise as afirmativas e aponte a alternativa correta.

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação utilizável na venda de quaisquer bens da Administração.
- (B) Concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico ou artístico, predominantemente de criação intelectual.
- (C) Pregão é a modalidade de licitação utilizável exclusivamente para aquisição de serviços comuns.
- (D) A revogação da licitação poderá ser decretada pela Administração ou pelo Judiciário.
- (E) O licitante vencedor pode impedir a revogação da licitação.

27. Assinale a afirmativa que está contida na Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) A autoridade administrativa poderá decretar o seqüestro dos bens do agente que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- (B) O seqüestro dos bens só poderá ser decretado no curso de procedimento administrativo.
- (C) A ação principal será proposta dentro do prazo de 60 dias pelo Ministério Público, único legitimado para tanto.
- (D) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.
- (E) O Ministério Público poderá desistir da ação, se houver acordo, transação ou conciliação.

DIREITO CIVIL

28. De acordo com o art. 3.º da LICC (Lei de Introdução ao Código Civil): “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. É o princípio da obrigatoriedade das leis. Dentre as teorias que procuram justificá-lo, há uma sustentando o dever de cumprir as leis “não por motivo de um conhecimento presumido ou ficto, mas por elevadas razões de interesse público, ou seja, para que seja possível a convivência social”. Trata-se da teoria da

- (A) presunção legal.
- (B) ficção.
- (C) política geral.
- (D) necessidade social.
- (E) assertividade.

29. Em razão da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, as obrigações por essa contraídas não são, em princípio, imputáveis aos seus membros. Mas, em havendo abuso da personalidade jurídica, o Juiz poderá se valer da teoria da desconsideração da personalidade jurídica e invadir a esfera patrimonial dos sócios. Nos termos do art. 50, do Código Civil/2002, os pressupostos para ocorrer tal desconsideração são

- (A) a má-fé do empresário e o superfaturamento dos contratos.
- (B) o desvio de finalidade e a confusão patrimonial.
- (C) o desvio de patrimônio social e a má-fé empresarial.
- (D) o super-endividamento e a confusão societária.
- (E) a preterição da boa-fé objetiva e o desvio de patrimônio social.

30. Leia os itens.

- I. Em regra, a validade da declaração de vontade depende de forma especial, a não ser quando a lei expressamente a dispensar.
- II. Para subsistir a manifestação de vontade do autor que haja feito reserva mental de não querer o que manifestou, é necessário que o destinatário tenha conhecimento dela.
- III. Quando não for necessária a declaração de vontade expressa, as circunstâncias ou os usos podem autorizar presumir que o silêncio tenha significado de anuência.
- IV. Nas declarações de vontade, mais importante que o sentido literal da linguagem, é a intenção nelas consubstanciada.
- V. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.

Está correto, apenas, o contido em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, IV e V.

31. Sobre o tema da prescrição e decadência, assinale a assertiva correta.

- (A) O prazo da prescrição da execução não é o mesmo da prescrição da ação.
- (B) A prescrição resulta da lei, do costume e do testamento, enquanto que a decadência resulta exclusivamente da lei.
- (C) Assim como a ação de investigação de paternidade, a de petição de herança também é imprescritível.
- (D) Atualmente, pode-se dizer que os prazos decadenciais são unicamente os taxativamente discriminados na Parte Geral do Código Civil, nos arts. 205 (regra geral) e 206 (regras especiais).
- (E) Quando um direito potestativo tem prazo fixado na lei, esse prazo tem natureza decadencial.

32. Se por força natural violenta, uma porção de terra se destaca de um prédio e se junta a outro, o dono desse prédio acrescido

- (A) não adquire a propriedade do acréscimo, ainda que indenize o dono do primeiro prédio.
- (B) pode adquirir a propriedade do acréscimo, sem indenizar, se passados 6 meses e ninguém houver reclamado.
- (C) caso não indenize o dono do prédio de onde a porção de terra despreendeu, deverá permitir a remoção da parte acrescida.
- (D) além de não adquirir a propriedade do acréscimo, deverá, por meios próprios, devolver ao dono do primeiro prédio a parte de terra destacada.
- (E) ainda que não queira indenizar a quem de direito, poderá opor-se à remoção da parte acrescida à sua propriedade.

33. Assinale a alternativa em que todas as hipóteses versam sobre aquisição da propriedade móvel, de acordo com o Código Civil.
- (A) Achado do tesouro, especificação, confusão e usucapião.
 - (B) Alienação, abandono, perecimento da coisa e desapropriação.
 - (C) Ocupação, abandono, adjunção e desapropriação.
 - (D) Abandono, desapropriação, perecimento da coisa e ocupação.
 - (E) Abandono, confusão, ocupação e usucapião.

DIREITO COMERCIAL

34. O negócio jurídico que se inicia como uma locação, mas que pode terminar como compra e venda a termo é o contrato de
- (A) *factoring*.
 - (B) alienação fiduciária.
 - (C) *leasing*.
 - (D) representação comercial.
 - (E) *franchising*.
35. A sociedade simples
- (A) é sociedade empresária de responsabilidade ilimitada.
 - (B) não admite sócios que contribuam apenas com trabalho.
 - (C) deve ser administrada apenas por pessoas jurídicas.
 - (D) admite a saída imotivada de sócio, se de prazo indeterminado.
 - (E) deve, necessariamente, ser extinta em caso de morte de um dos sócios.

36. Na sociedade limitada,
- (A) a administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
 - (B) a quota é divisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.
 - (C) o capital social será necessariamente dividido em quotas iguais, cabendo uma a cada um dos sócios.
 - (D) a omissão do contrato impede o sócio de ceder a sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros.
 - (E) o conselho fiscal é órgão essencial e obrigatório.

37. Na sociedade anônima, o órgão executivo é
- (A) a Assembléia Geral.
 - (B) o Conselho de Administração.
 - (C) o Conselho Consultivo.
 - (D) a Presidência.
 - (E) a Diretoria.

38. Nas sociedades anônimas, a Diretoria
- (A) será composta de pelo menos cinco diretores.
 - (B) é órgão de representação da sociedade.
 - (C) permite o ingresso de todos os membros do Conselho de Administração em sua composição.
 - (D) deve ser eleita, sob pena de nulidade pela Assembléia Geral, sendo vedada a eleição de diretores pelo Conselho de Administração.
 - (E) é facultativa nas sociedades anônimas de capital aberto.
39. A operação em que uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em direitos e obrigações, denomina-se
- (A) fusão.
 - (B) cisão parcial.
 - (C) transformação.
 - (D) incorporação.
 - (E) coligação.

40. Em caso de alienação do estabelecimento comercial, se nada dispuser o contrato, o alienante não poderá concorrer com o adquirente nos próximos
- (A) 2 anos.
 - (B) 3 anos.
 - (C) 5 anos.
 - (D) 8 anos.
 - (E) 10 anos.

FINANÇAS PÚBLICAS

41. De acordo com a classificação econômica das receitas, podem ser classificadas como receitas correntes:
- (A) receitas tributárias, alienação de bens, receitas agropecuárias e receitas industriais.
 - (B) receitas tributárias, operações de crédito, receitas industriais e receitas de serviços.
 - (C) receitas de contribuições, receitas industriais, receitas de serviços e transferências correntes.
 - (D) receitas de contribuições, alienação de bens, receitas de serviços e transferências correntes.
 - (E) receitas tributárias, operações de crédito, receitas industriais e receitas patrimoniais.

42. O regime federativo brasileiro distribui a arrecadação pelos três níveis de governo. São de competência da União, dos estados e dos municípios, respectivamente, os seguintes tributos:
- (A) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.
 - (B) Imposto de Renda, Imposto sobre o Produto Industrializado e Imposto Territorial Predial Urbano.
 - (C) Imposto de Renda, Imposto sobre o Produto Industrializado e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.
 - (D) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.
 - (E) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto Territorial Predial Urbano e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.
43. As receitas públicas podem ser classificadas segundo a regularidade, a origem e a previsão orçamentária. São exemplos de receitas com essas classificações, respectivamente, as receitas
- (A) ordinárias, originárias e extra-orçamentárias.
 - (B) derivadas, originárias e orçamentárias.
 - (C) extraordinárias, derivadas e orçamentárias.
 - (D) ordinárias, financiadas e extra-orçamentárias.
 - (E) extraordinárias, financiadas e orçamentárias.
44. O fundo de participação dos municípios (FPM) é uma transferência
- (A) voluntária e é composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (B) constitucional e é composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (C) constitucional e é composto de 25% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (D) legal e é composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (E) voluntária e é composto de 25% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
45. Podem ser consideradas despesas com inversões financeiras as despesas com
- (A) o pagamento ou refinanciamento do principal da dívida pública interna e externa, contratual e mobiliária.
 - (B) o planejamento e execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas obras, aquisição de instalações e equipamentos.
 - (C) o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas bem como da dívida pública mobiliária.
 - (D) a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital.
 - (E) aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-transporte e auxílio-alimentação.
46. O imposto Territorial Rural (ITR) tem sido alvo de discussão nas finanças públicas no Brasil. Municípios querem ampliar ou até mesmo totalizar a arrecadação desse tributo. De acordo com a Constituição de 1988, a competência do tributo é
- (A) dos Estados que ficam com 50% dos recursos, sendo os demais 50% repassados aos municípios.
 - (B) da União que fica com 50% dos recursos, sendo os demais 50% repassados aos municípios.
 - (C) da União que fica com 25% dos recursos, sendo os demais 75% repassados aos municípios.
 - (D) dos Estados que ficam com 25% dos recursos, sendo os demais 75% repassados aos municípios.
 - (E) da União que fica com 75% dos recursos, sendo os demais 25% repassados aos municípios.
47. As maiores fontes de receitas para a União, na ordem decrescente de valores, são: Imposto de Renda,
- (A) Imposto sobre a circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Produto Industrializado.
 - (B) Imposto sobre a circulação de Mercadorias e Serviços, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
 - (C) Imposto sobre a circulação de Mercadorias e Serviços, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
 - (D) Contribuição Social sobre o lucro líquido, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
 - (E) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição Social sobre o lucro líquido.

48. Os repasses de recursos federais a municípios ocorrem por meio de três formas de transferências: as transferências constitucionais, as transferências voluntárias e as transferências legais. Pode-se definir e exemplificar as transferências voluntárias como
- (A) parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal e repassados aos municípios por força de mandamento estabelecido em dispositivo da Constituição Federal, como por exemplo os fundos de participação dos municípios.
 - (B) entrega de recursos recorrentes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, como por exemplo o fundo de manutenção e de desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério.
 - (C) entrega de recursos recorrentes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, como por exemplo os convênios e os contratos de repasse.
 - (D) transferências regulamentadas em leis específicas que determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação de recursos e prestação de contas, como por exemplo os convênios e os contratos de repasse.
 - (E) parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal e repassados aos municípios por força de mandamento estabelecido em dispositivo da Constituição Federal, como por exemplo as transferências automáticas e as transferências fundo a fundo.
49. O índice de participação dos municípios no ICMS (IPM-ICMS) é uma transferência
- (A) constitucional no qual os municípios têm direito a 50% do total do ICMS arrecadado pelo Estado, e destes ($\frac{3}{4}$), no mínimo, devem ser distribuídos na proporção do Valor Adicionado pelas operações e prestações realizadas em seus territórios, e ($\frac{1}{4}$), no máximo, de acordo com o que dispuser a Lei Estadual.
 - (B) voluntária no qual os municípios têm direito a 50% do total do ICMS arrecadado pelo Estado, e destes ($\frac{3}{4}$), no mínimo, devem ser distribuídos na proporção do Valor Adicionado pelas operações e prestações realizadas em seus territórios, e ($\frac{1}{4}$), no máximo, de acordo com o que dispuser a Lei Estadual.
 - (C) constitucional no qual os municípios têm direito a 25% do total do ICMS arrecadado pelo Estado, e destes ($\frac{3}{4}$), no mínimo, devem ser distribuídos na proporção do Valor Adicionado pelas operações e prestações realizadas em seus territórios, e ($\frac{1}{4}$), no máximo, de acordo com o que dispuser a Lei Estadual.
 - (D) voluntária no qual os municípios têm direito a 25% do total do ICMS arrecadado pelo Estado, e destes ($\frac{1}{4}$), no mínimo, devem ser distribuídos na proporção do Valor Adicionado pelas operações e prestações realizadas em seus territórios, e ($\frac{3}{4}$), no máximo, de acordo com o que dispuser a Lei Estadual.
 - (E) constitucional no qual os municípios têm direito a 25% do total do ICMS arrecadado pelo Estado, e destes ($\frac{1}{4}$), no mínimo, devem ser distribuídos na proporção do Valor Adicionado pelas operações e prestações realizadas em seus territórios, e ($\frac{3}{4}$), no máximo, de acordo com o que dispuser a Lei Estadual.
50. A distribuição de recursos do fundo de participação dos municípios é feita de acordo com
- (A) o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para Municípios com até 10 188 habitantes, e, o máximo é de 4,0 para aqueles acima 156 mil.
 - (B) o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 1,2 para Municípios com até 10 188 habitantes, e, o máximo é de 5,0 para aqueles acima 156 mil.
 - (C) o tamanho do município, medido em quilômetros quadrados. São fixadas faixas territoriais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para Municípios com até 1 112 quilômetros quadrados, e, o máximo é de 4,0 para aqueles acima de 120 mil.
 - (D) a renda *per capita*. São fixadas faixas de renda, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para Municípios com renda *per capita* de até R\$ 468,00, e, o máximo é de 4,0 para aqueles com renda acima de R\$ 5.100,00.
 - (E) a renda *per capita*. São fixadas faixas de renda, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,8 para Municípios com renda *per capita* de até R\$ 438,00, e, o máximo é de 4,5 para aqueles com renda acima de R\$ 5.100,00.
- MATEMÁTICA FINANCEIRA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO**
51. Nos dois últimos anos, devido a diversos fatores agrícolas, como produção de grãos para biocombustíveis e questões de clima desfavorável em muitos países, o arroz sofreu um aumento de 150% em média. Sabe-se que, hoje, o preço do quilo de arroz é de R\$ 2,00. Então, o preço do arroz, dois anos atrás, era de, aproximadamente,
- (A) R\$ 0,60.
 - (B) R\$ 0,80.
 - (C) R\$ 1,00.
 - (D) R\$ 1,20.
 - (E) R\$ 1,35.
52. Marcelo recebia, há dois anos atrás, a importância de R\$ 1.512,00 de aposentadoria, e hoje sua aposentadoria subiu para R\$ 1.660,00. O salário mínimo, por sua vez, era de R\$ 360,00 e no mesmo período subiu para R\$ 415,00. Como o salário mínimo aumentou mais em porcentagem do que a aposentadoria de Marcelo, pode-se dizer que houve uma perda, em porcentagem, do valor da aposentadoria, em quantidades de salários mínimos. Essa perda, em porcentagem, foi de, aproximadamente,
- (A) 13,2%.
 - (B) 9,8%.
 - (C) 15,3%.
 - (D) 4,8%.
 - (E) 5%.

53. Dois jogadores, A e B, disputam um jogo de cara ou coroa, com 50% de chance de cada um acertar. Eles estão disputando o prêmio de R\$ 1.000,00, e é considerado vencedor o primeiro que tiver quatro acertos. Em um determinado instante, o jogo precisou ser interrompido e, nesse momento, o jogador A tinha três acertos, faltando apenas um para ganhar enquanto o jogador B tinha apenas um acerto. Sugeriu-se, dividir o prêmio de R\$ 1.000,00 de maneira proporcional à chance de cada um, de se sagrar vencedor caso o jogo continuasse. Então, a parte que coube ao jogador A foi de

- (A) R\$ 500,00.
- (B) R\$ 670,00.
- (C) R\$ 750,00.
- (D) R\$ 800,00.
- (E) R\$ 875,00.

54. Um tanque de água possui uma tubulação que o enche em 4 horas, e possui um cano onde sai água, que o esvazia em 6 horas. Inicialmente, o tanque está vazio. Então, se ambas as tubulações estão funcionando simultaneamente, após uma hora, a proporção do tanque que encheu é de

- (A) 1/12.
- (B) 1/18.
- (C) 1/24.
- (D) 1/8.
- (E) 1/6.

55. Uma loja de cosméticos utiliza um questionário para avaliar a qualidade do atendimento. A qualidade é classificada como excelente (E), Boa (B), Regular (R) e Fraca (F). Os resultados do questionário estão na tabela dada.

B	E	E	B	R	B	E	E	B	E
B	E	F	R	E	B	R	E	B	E
E	R	B	E	E	F	B	E	B	E
E	B	R	B	E	E	E	B	R	B

Após efetuar a respectiva distribuição de frequências, pode-se afirmar que

- (A) mais de 90% dos clientes classificaram como excelente ou boa.
- (B) apenas 2% dos clientes classificaram como fraca.
- (C) 20% dos clientes classificaram como fraca ou regular.
- (D) 6% dos clientes classificaram como regular.
- (E) mais de 60% dos clientes classificaram como excelente.

56. O programa Microsoft Windows Explorer, que é capaz de gerenciar os arquivos e pastas que compõem a estrutura de armazenamento de dados do computador, integra o sistema operacional Microsoft Windows 2003, em sua configuração padrão. No que diz respeito às possibilidades de seleção de arquivos ou pastas por meio do Microsoft Windows Explorer, selecione a alternativa que, na tabela a seguir, relaciona, respectivamente, as ações da coluna da esquerda com aquelas da coluna da direita. Considere que o mouse está configurado para um usuário destro.

(1) Selecionar um único arquivo ou pasta.	() Utilizando o teclado, acionar a tecla CTRL junto com a tecla A.
(2) Selecionar todos os arquivos ou pastas existentes numa pasta.	() Acionar CTRL e clicar com o botão esquerdo sobre o arquivo ou pasta.
(3) Selecionar pastas ou arquivos não contíguos.	() Realizar um único clique com o botão esquerdo do mouse.

- (A) 1, 2 e 3.
- (B) 1, 3 e 2.
- (C) 3, 1 e 2.
- (D) 2, 1 e 3.
- (E) 2, 3 e 1.

57. Um usuário está utilizando o programa Microsoft Word 2003, em sua configuração padrão, para a edição de um relatório. Para controlar a formatação desse texto, ele pretende utilizar a opção Quebra, que é oferecida por meio do menu Inserir da barra de menus.

Selecione a alternativa contendo a correta afirmação sobre as alternativas disponíveis na opção Quebra.

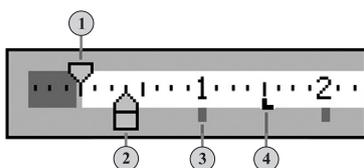
- (A) Dentre os tipos de quebra existentes no menu Quebra estão a “Quebra de Página”, “Quebra de Numeração” e a “Quebra de Seção”.
- (B) A opção “Quebra de Página” força uma quebra de página em um local específico, o que deverá ser feito manualmente pelo usuário.
- (C) A opção “Quebra de Numeração” é utilizada para estabelecer a correta numeração entre as páginas dos diversos capítulos do texto.
- (D) A opção “Quebra de Seção” possibilita a modificação da formatação dos parágrafos, porém não permite mudança no *layout* das páginas.
- (E) Os quatro tipos de quebra de seção existentes no menu Quebra são “Próxima página”, “Contínua”, “Páginas pares” e “Dividir tabela”.

58. Um Auditor está utilizando o programa Microsoft Excel 2003, em sua configuração padrão, para a elaboração de uma planilha. Nas células da coluna A dessa planilha, ele inseriu as seguintes palavras: A1=CALADO, A2=BARATO e A3=REBATE. Nas células da coluna B, foram inseridas as seguintes funções: B1=ESQUERDA(A1;1), B2=DIREITA(A2;3) e B3=ESQUERDA(A3;2).
Selecione a alternativa contendo a palavra resultante na célula B4, caso nela seja inserida a função =CONCATENAR(B3;B1;B2).

- (A) BARETA.
- (B) CARECA.
- (C) MAROLA.
- (D) RECATO.
- (E) TELADO.

59. Para elaboração de suas apresentações, um usuário tem à sua disposição o programa Microsoft Power Point 2003, em sua configuração padrão.

Selecione a afirmação correta, sabendo-se que a régua horizontal do programa apresenta a situação reproduzida na figura a seguir.



- (A) Para o programa mostrar a régua horizontal, como apresentado na figura, o usuário deverá selecionar a opção Régua do menu Ferramentas.
- (B) O símbolo número 1 é denominado “marcador de recuo da primeira linha”, isto é, mostra a posição do final da primeira linha de um parágrafo.
- (C) O símbolo número 2 é denominado “marcador de recuo à esquerda”, isto é, mostra a posição do início da segunda linha do parágrafo.
- (D) O símbolo número 3 é denominado “parada de tabulação padrão”, isto é, mostra a posição das colunas da tabela que integra o slide.
- (E) O símbolo número 4 é denominado “parada de tabulação personalizada” que, no caso, mostra uma configuração para tabulação à direita.

60. Selecione a alternativa contendo a correta definição sobre os termos, recursos e serviços disponibilizados aos usuários na rede mundial de computadores, a Internet.

- (A) Browser é um programa que habilita seus usuários a interagirem com documentos hipertexto hospedados em um servidor acessível pela Internet.
- (B) Link é um protocolo de comunicação utilizado para transferir dados pela World Wide Web ou através das redes corporativas, as chamadas Intranets.
- (C) HTTP é uma referência num documento em hipertexto, indicando o caminho de acesso a outro documento ou a outro recurso disponível na Internet.
- (D) HTML é o endereço de um arquivo, de um computador ou de qualquer recurso disponível na Internet ou numa rede corporativa, uma Intranet.
- (E) URL é a linguagem de marcação utilizada para produzir páginas na World Wide Web, que podem ser interpretadas pelos programas navegadores